

DAVID JOSÉ MARTINS CANABARRO: UM OLHAR SOBRE AS ORIGENS E AS ESTRATÉGIAS FAMILIARES EMPREENDIDAS EM VIDA PELO LÍDER FARROUPILHA

DAVID JOSÉ MARTINS CANABARRO: A LOOK INTO THE ORIGINS AND THE FAMILY ESTRATEGIES UNDERTAKEN IN LIFE BY THE FARROUPILHA LEADER

Eduardo Matheus Palini¹

Fábio Kühn²

RESUMO

Durante o século XIX no extremo sul do Brasil, o militar sul-rio-grandense David José Martins, mais conhecido como David Canabarro, atuou em diversas campanhas na região do Rio da Prata e teve destaque pelo papel desempenhado na Guerra dos Farrapos (1835-1845), onde o movimento farroupilha, do qual fazia parte, se opôs ao Império Brasileiro na mais longa revolta daquele período. Em sua vida, para além dos feitos militares, Canabarro também se destacou como estancieiro de extenso patrimônio fundiário e um dos homens mais influentes na fronteira Oeste da Província no período anterior a sua morte. Inserindo-se dentro do campo de estudo das estratégias de reprodução de status social das elites, o objetivo do presente artigo é abordar essa faceta pouco explorada da vida de David Canabarro (não apenas o general militar, mas o estancieiro e escravista) e entender como o farroupilha mobilizava as redes de relações em torno de si para tornar possível a manutenção e ampliação de suas posses. O foco principal aqui se dará nas suas redes de parentesco, entendendo a importância que a instituição familiar possuía no século XIX e a importância dentro de grupos de elite social de assegurar a transmissão aos seus descendentes do patrimônio material e imaterial que os diferenciavam dos demais agentes do espaço social.

Palavras-chave: Farroupilha. Patrimônio. Redes. Família.

1 Graduando do curso de História - Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Integrante do projeto de pesquisa “Redes Familiares e Estratégias de Reprodução Social da Elite Farroupilha (Séculos XVIII-XIX)” desde 2023.

2 Professor Titular no Departamento de História da UFRGS. Possui graduação (1992) e mestrado (1996) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2006) e pós-doutorado no Brazil Institute do King's College London, com bolsa CAPES. É coordenador do projeto de pesquisa “Redes Familiares e Estratégias de Reprodução Social da Elite Farroupilha (Séculos XVIII-XIX)” desde 2023.

ABSTRACT

In the 19th century in the southernmost region of Brazil, the military figure David José Martins, better known as David Canabarro, engaged in various campaigns in La Plata River region and gained prominence for his role in the Farroupilha Revolution (1835-1845), which the Farroupilha movement, of which he was a part, opposed the Brazilian Empire in the longest revolt of that period. Beyond his military achievements, Canabarro also stood out as a rich farmer and landowner with extensive properties, and one of the most influential men on the western border of the Province before his death. Inserting this article in the field of study of strategies for reproducing the social status of elites, the objective is to address this understudied facet of David Canabarro's life (not only the military general, but also the rancher and slave owner) and understand how the Farroupilha movement's members mobilized relationships' networks around him to make possible the maintenance and expansion of his possessions. The main focus here will be on his family networks, understanding the significance that the family institution held in the 19th century and the importance within social elite groups of ensuring the transmission to their descendants of the material and immaterial heritage that set them apart from other agents in the social space.

Keywords: Farroupilha. Patrimony. Networks. Family.

INTRODUÇÃO

Dos mais notáveis membros da elite farroupilha, David José Martins, mais conhecido como David Canabarro, teve uma vida de intensas campanhas militares iniciadas logo cedo. Em 1811, aos 15 anos de idade, marchou para defender Montevidéu das investidas de Buenos Aires; em 1816, retornou ao Estado Oriental para combater o projeto político de José Artigas, culminando na anexação da Província Cisplatina ao Império Brasileiro; entre 1825 e 1828, lutou novamente ao lado dos luso-brasileiros no episódio da Independência da Cisplatina. Esses confrontos, que projetaram seu nome no meio militar, precederam o período mais lembrado de sua trajetória: a Guerra dos Farrapos (1835-1845), mais longa revolta da história do Brasil. Junto às forças farroupilhas, tomou parte no polêmico episódio do Massacre de Porongos e, posteriormente, foi um dos responsáveis pela assinatura da Paz de Poncho Verde, que selaria o fim do confronto e a reintegração do Rio Grande do Sul ao território imperial brasileiro. Após 1845, Canabarro foi nomeado Comandante da Fronteira de Livramento e Quaraí; lutou na Guerra do Prata contra Juan Oribe e Manuel Rosas; e, por fim, lutou na Guerra da Tríplice Aliança, onde o episódio do cerco à Uruguaiana em 1865 lhe rendeu severas críticas por recuar mediante o avanço paraguaio.

As mais de cinco décadas de atividade militar quase incessante, no entanto, não serão o enfoque principal do presente artigo. Introduzindo o personagem de David Canabarro, sua atuação militar costuma ser a parte mais lembrada nos estudos sobre sua figura, deixando de lado um aspecto

pouco abordado pela historiografia sobre a Guerra dos Farrapos em geral: as origens sociais, redes familiares e estratégias de reprodução de status social da elite do movimento farroupilha. Ao longo de toda sua vida, Canabarro concentrou e constantemente expandiu um enorme patrimônio fundiário, o qual em 1867, ano de sua morte, o posicionava como o homem mais rico de Santana do Livramento (Vargas, 2021). Para além disso, seu nome também representava uma grande influência política na fronteira oeste da Província, sendo determinante para os rumos do Partido Liberal a partir de 1860 (Painagua, 2012). Como foi possível para um indivíduo que esteve por quase toda a sua vida envolvido em confrontos militares no Brasil e no Prata construir e administrar tamanho patrimônio e poder? E a quem tudo isso foi legado quando da morte de Canabarro? Essas lacunas de entendimento acabam por nos levar ao estudo das relações que o farroupilha nutria ao redor de si e que possibilitavam a ele estes empreendimentos de tamanha extensão. Visando isso, neste trabalho realizado dentro do Programa ICVOL/PROPESQ-UFRGS, será dado o enfoque na cronologia do Comandante David Canabarro a partir das estratégias familiares que esse empreendeu em vida para a manutenção de seu patrimônio material e imaterial, compreendendo que esses movimentos dentro de grupos de elite - como era o caso dos farroupilhas - representam a conservação e ampliação dos diferenciais de poder em relação aos demais agentes do espaço social (Piccin, 2020).

1 Por um estudo sobre as famílias

Nascido em 22 de agosto de 1796, natural de Taquari, David José Martins foi um dos dez filhos provenientes do segundo casamento de José Martins Coelho, com Mariana Ignácia de Jesus. Tanto seus avós paternos, quanto seus avós maternos eram imigrantes açorianos vindos para o Brasil como parte da estratégia de povoamento do extremo sul da colônia a partir de 1748. Essas informações referentes a sua genealogia, variando na intensidade do detalhamento, se encontram presentes em diversas biografias e estudos clássicos a respeito do Comandante, como é o caso das obras de Herbert Canabarro Reichardt (1934), Ivo Caggiani (1992) e Urbano Lago Villela (2005). O que se nota principalmente nas publicações mais antigas, como é o caso de *“David Canabarro: estudo biográfico”* de Reichardt, é que essas informações são usadas como pano de fundo para uma narrativa essencialmente focada nos feitos militares do líder farroupilha. Muitas vezes, inclusive, as origens de Canabarro são instrumentalizadas para reforçar sua aura de “gaúcho”, no sentido hoje utilizado pelos tradicionalistas, como

alguém afeiçoado ao trabalho duro e às campanhas militares desde cedo³.

Nossa proposta aqui é ir além na utilização e abordagem da esfera familiar, a partir das possibilidades que essa nos oferece de analisar as redes de relações construídas e as diferentes estratégias internas utilizadas em uma família. Tamanha importância concedida a esse âmbito da vida, mesmo em um personagem de grande carreira militar como o caso de David Canabarro, se justifica na teorização de Michel Bertrand (1999), segundo o qual, olhar para a “família” corresponderia a olhar, talvez, para a principal ideia atribuída ao indivíduo do Antigo Regime. Esmiuçando as definições do termo, o autor nos explica que “família” não seria algo ao qual o sujeito ligava-se apenas por sangue e sobrenome, mas também pela proteção e fraternidade. Familiar era também aquele que “repartia o pão”. Logo, cada sujeito era parte componente de sua família, e esta por várias vezes se movia enquanto unidade, tomando decisões em conjunto visando realizar a manutenção interna do grupo. Em redes familiares de elite social, com diferenciais de poder significativos em relação às demais, eram questões fundamentais conservar, expandir e assegurar a transmissão para as próximas gerações do patrimônio material e imaterial que proporcionava essa distinção. Isso nos leva ao estudo das estratégias familiares de reprodução de status social.

Sendo um enfoque recente, ainda são poucos os trabalhos realizados com esse tipo de abordagem no recorte regional sul-rio-grandense. Destacamos aqui alguns, como o estudo de Luís Augusto Ebling Farinatti (2007) com foco nas famílias da elite agrária do município de Alegrete - RS entre 1825 e 1865; o de Jonas Moreira Vargas (2016) sobre os charqueadores do município de Pelotas - RS ao longo do mesmo século; e também o artigo de Marcos Botton Piccin (2020) sobre as famílias de elite estancieira da metade do século XX no município de São Gabriel - RS. Sobre a importância da esfera familiar dentre os farroupilhas, é impossível não citarmos o trabalho de Carla Adriana da Silva Barbosa (2009) sobre a composição e organização dos núcleos familiares dos membros desse movimento. Reconhecendo a importância da instituição familiar, na mesma linha dos demais autores citados aqui, Barbosa inicia sua obra *“A casa e as virtudes: papéis familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)”* com a seguinte justificativa:

3 Em sua obra *“Canabarro no Tribunal da História”*, por exemplo, Villela realiza uma defesa apaixonada contra aqueles que acusavam o Brigadeiro de ter se acovardado perante as forças paraguaias no cerco à Uruguaiana (1865), argumentando, entre outras coisas, que a covardia não seria nem mesmo possível a Canabarro devido às “leis que regem a natureza humana” de alguém crescido e criado enquanto gaúcho.

Estudar a composição e organização dos núcleos familiares pertencentes à elite farroupilha é uma forma de entender a sociedade sul-rio-grandense da primeira metade do século XIX, pois a família, neste período, ocupava uma posição dominante como instituição social, comercial e política (Barbosa, 2009, p. 9).

É importante reiterar que o patrimônio gerido e transmitido no seio da estrutura familiar - principalmente se tratando de grupos de elite - não se limita a bens materiais como posses, renda, animais, entre outros, mas também a bens simbólicos como reputação, influência, alianças e capital cultural. No trabalho de Edson Romario Monteiro Painagua (2012), por exemplo, o próprio David Canabarro recebe destaque em um dos capítulos com a análise de sua atuação política nos municípios da fronteira oeste da Província e das redes de relação que o possibilitavam manter essa influência nos rumos da região. Ao longo do presente artigo, no entanto, mesmo reconhecendo a importância acima citada, nossa opção será a de focar no patrimônio material de David Canabarro, através da análise das diferentes estratégias familiares que possibilitaram ao Comandante a expansão e manutenção desse patrimônio ao longo de sua vida, e também das que o próprio utilizou para assegurar a transmissão desses bens aos seus descendentes. Partindo de biografias clássicas e também de trabalhos mais recentes sobre o líder farroupilha, os próximos capítulos deste artigo irão buscar por possíveis aproximações com a bibliografia sobre redes familiares citada anteriormente, apontando quando e como as escolhas tomadas por Canabarro e seus parentes próximos ao longo de suas vidas se encaixam em padrões observáveis em demais grupos de regiões e temporalidades semelhantes.

2 As origens estancieiras do farroupilha e a sociedade com Antônio Ferreira

Em seu famoso estudo biográfico *“David Canabarro: de Tenente a General”*, o historiador Ivo Caggiani nos traz algumas informações sobre os primeiros trabalhos de David no campo. Antes mesmo de iniciar sua precoce carreira militar, ele já trabalhava junto de seu pai na pequena propriedade que esse possuía em Pinheiros, no município de Taquari. Mesmo com as poucas informações que temos sobre José Martins Coelho, pai de David, o seu perfil parece encaixar-se dentro do que as autoridades esperavam dos imigrantes açorianos: indivíduos dispostos a trabalhar duro no campo e popular as províncias do sul do Brasil, “aqueles povoadores honrados iam realizando a abençoada tarefa fecundadora da terra” (Reichardt, 1932, p. 11). Em 1816, com o falecimento de José, a herança deixada já parecia direcionar

o referido filho para o trabalho no campo, porém, também nos sugere uma pequena extensão de posses da família até aquele momento: dez mil réis em gado, pouco mais de nove mil réis em terras e um escravo de nome Joaquim, vindo a totalizar seu montante de 65\$421 réis na partilha (Caggiani, 1992). Foi somente em 1828, com o período de paz que houve na fronteira após a independência da Cisplatina, que o então Tenente Canabarro deu maiores prosseguimentos às suas atividades na pecuária; dessa vez, criando gado em sociedade junto de seu tio materno, Antônio Ferreira Canabarro⁴.

Antônio, que tinha aproximadamente a mesma idade do sobrinho, também era Tenente pelas campanhas do Prata. Os motivos pelos quais ambos resolveram criar em sociedade não são claros, no entanto, algumas possibilidades são apontadas pelo estudo de Farinatti (2007) sobre a elite agrária de Alegrete naquele mesmo período. O autor afirma que, a partir da década de 1830, a fronteira agrária estava em rápido processo de fechamento, com as melhores terras já apropriadas, o que tornava difícil o trabalho para novos produtores. Dentre as estratégias adotadas pelas famílias nesse contexto, estava a atuação socioeconômica conjunta de diferentes membros – especialmente pais e filhos/genros – e o compartilhamento de recursos, mesmo em núcleos parentais que não fossem co-residentes. Farinatti afirma:

Assim, estâncias que abrigavam gado de mais de uma geração, membros da família que atuavam em conjunto com muita regularidade e co-propriedade indivisa de terras herdadas eram fatores presentes e importantes naquela configuração agrária. Sua existência mostra a relevância do estudo das estratégias e dinâmicas familiares para a análise da estrutura agrária e sua evolução, mesmo quando não estamos falando em grupos camponeses (Farinatti, 2007, p. 287).

O também famoso biógrafo de Canabarro, Herbert Reichardt, menciona em sua obra *“David Canabarro: estudo biográfico”* que, nesse mesmo momento de sua vida, o Tenente também tinha negócios particulares em parceria com seus irmãos Silvério José Martins e João Martins; no entanto, ao que tudo indica, os sócios de fato da sociedade constituída eram apenas David e seu tio Antônio (Reichardt, 1932). Em 1834, os dois adquiriram uma

4 Alguns estudiosos dizem que David José Martins teria começado a assinar como “David Canabarro” devido ao seu tio, porém, Antônio também não era batizado com esse sobrenome. A teoria mais aceita e replicada por Caggiani é que a família Ferreira, da qual descenderia parte dos parentes maternos de David, teria alguma ligação com a famosa família Canabarro de Portugal. Logo, a adoção desse nome faria referência a um passado honroso.

pequena fração de campo no município de Santana do Livramento, comprando-a do Alferes José Ribeiro da Silva pelo preço ajustado de 4:400\$000 réis. Não tendo como arcar com o valor total de imediato, os sócios realizaram a maior parte do pagamento em reses (animais abatidos) e o restante foi pago em parcelas (Caggiani, 1992). No ano de 1835, quando estouraria a Guerra dos Farrapos, é dito que ambos já se tratavam de prósperos fazendeiros e comerciantes, permanecendo em parte alheios às agitações políticas que rondavam a capital. No entanto, após muita insistência de Bento Manoel Ribeiro, David Canabarro passou a integrar as hostes farroupilhas, deixando seus interesses ao cuidado do sócio de sociedade (Caggiani, 1992). Nesse ponto, novamente justificam-se os negócios conjuntos de tio e sobrinho: com a reinserção de Canabarro nas atividades militares e seu consequente afastamento por tempo desconhecido das terras que possuía na fronteira, a administração dos bens ficou a cargo de Antônio Ferreira.

Algumas aproximações com o trabalho de Barbosa (2009) sobre a organização familiar farroupilha soam interessantes aqui. No capítulo de sua dissertação dedicado às “esposas farroupilhas”, a autora fala sobre os importantes papéis que diversas mulheres assumiram no período da Guerra dos Farrapos, administrando as posses e os negócios do casal quando os maridos se ausentavam devido ao confronto. Como o século XIX assistia guerras constantes nas fronteiras do Prata, supõe-se que essa “parceria” do casal nos negócios já era algo a ser levado em consideração no momento de realizar um matrimônio. Uma mulher alfabetizada, por exemplo, que conseguisse se comunicar a distância com o marido através de correspondências, poderia se destacar na hora da escolha do cônjuge feminino. Um exemplo trazido pela autora é do casal farroupilha Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos de Almeida, cujas cartas trocadas durante a Guerra mostram a importância da esposa na administração dos bens de raiz, bens móveis e até mesmo dos escravizados pertencentes ao casal. A relação que procuramos fazer aqui é através do fato de que, no início da Guerra dos Farrapos, tanto David Canabarro, quanto Antônio Ferreira Canabarro não eram casados (tampouco possuíam descendentes legítimos). Assim, não tendo uma esposa para auxiliar na manutenção do patrimônio – entendendo que, no casamento, o interesse na conservação das posses do casal é mútuo, a fim de garantir a transmissão para os seus filhos –, tornar-se-ia muito difícil para David gerir e expandir seus negócios durante um período militar tão extenso quanto a Guerra dos Farrapos. Com essa constatação, não buscamos afirmar que esse tenha sido um dos motivos para que tio e sobrinho constituíssem sociedade anos antes, mas sim ressaltar o aumento da importância que essa atuação socioeconômica conjunta entre parentes alcança em momentos de atividade militar, tornando-se quase indispen-

sável. De sua parte, a confiança de David no sócio era expressiva, vide que, em Carta de Ordem de 1833, autorizava Antônio a “fazer todo e qualquer trato, compra, venda, transição a bem da sociedade, ficando desde já por este aprovada” (Caggiani, 1992, p. 34). Essa cumplicidade, por sua vez, pode ter pesado na hora de aceitar ingressar nas forças farroupilhas.

No ano de 1846, pouco após o término da Guerra dos Farrapos, se deu talvez o feito mais notável da sociedade de David Canabarro e Antônio Ferreira: a aquisição da Sesmaria de São Gregório em Santana do Livramento. Comprada diretamente dos herdeiros pelo valor de 14:583\$280 réis, possuía três léguas e meia mais 941.995 braças de campo, fazendo fundos com o rio Quaraí e possuindo uma pequena casa, currais e mangueiras (Caggiani, 1992). Logo no ano seguinte, tio e sobrinho optaram por desfazer a sociedade e, na divisão realizada das terras, David permaneceu com São Gregório, enquanto Antônio ficou com a chamada “estância da Alegria” e mais duas léguas de campo (Caggiani, 1992). Foi em São Gregório que Canabarro construiu, para além de uma série de dependências novas, o quartel-general do Comando da Fronteira de Livramento e Quaraí, onde “reinou” como Comandante desde 1845 - quando foi nomeado pelo próprio Barão de Caxias - até o ano de sua morte (Vargas, 2021). Apesar dos motivos para desfazer a sociedade com seu tio não constarem nos estudos biográficos analisados, é possível supormos que esse importante posto concedido a Canabarro após a Guerra dos Farrapos tenha influenciado em sua mudança de planos quanto a administração de suas posses. Assim, já nos primeiros meses de 1849, o farroupilha toma outra importante decisão, novamente traçando estratégias dentro de sua rede familiar: volta a constituir uma sociedade, porém, dessa vez, com seu irmão João Martins (Caggiani, 1992), inaugurando uma nova fase em sua vida de estancieiro.

3 Para além da Guerra: o casamento de Canabarro e a sociedade com o irmão João Martins

Antes de adentrar nos negócios de David junto ao seu irmão, há um ponto importante de destacar quanto às estratégias familiares que tomaram palco na vida do líder farroupilha. Se ao constituir sociedade com seu tio, foi destacado que Canabarro não possuía esposa ou filhos legítimos para ajudarem a gerir seu patrimônio, ao fim da Guerra dos Farrapos a situação já era diferente. Por volta do ano de 1837, David Canabarro se casara com a própria tia materna, Eufrázia Ferreira. Os casamentos endogâmicos, ou seja, com indivíduos aparentados entre si, apesar de não serem predominantes, não eram incomuns no contexto em que Canabarro se inseria. Farinatti (2007), por exemplo, ao pesquisar os inventários mais afortunados

de Alegrete entre 1825 e 1865 notou que, dentre os filhos-herdeiros que se casaram, cerca de um quinto o fez com parentes próximos. O autor explica que o principal ponto positivo dessa estratégia era evitar a “dispersão” do patrimônio e reforçar alianças familiares internas. Por outro lado, o ponto negativo era que esse tipo de casamento não gerava “novos parentes”, deixando de expandir a rede de relações familiares de um grupo. No caso de Canabarro, há pelo menos mais um motivo importante para o seu primeiro casamento: segundo Caggiani (1992), o episódio ocorreu de maneira formal para que Eufrázia, seguindo uma tradição da família, se encarregasse de criar a filha natural, porém ilegítima, de David Canabarro. Nascida em 1834 em Alegrete, porém, batizada na República Oriental do Uruguai, Maria Angélica foi provavelmente fruto de algum envolvimento de David durante suas andanças pela região. Mesmo tendo sido acolhida e criada pela parentela do farroupilha, na documentação de assentamento de Maria constam pais “incógnitos” (Caggiani, 1992). Pelo relato, vemos que havia uma preocupação da rede familiar de Canabarro, ao longo das gerações, em mobilizar casamentos dentro da própria família para garantir a criação dos descendentes. Quanto à escolha da tia de David para esse casamento, o trabalho de Barbosa (2009) novamente nos oferece algumas pistas:

Se aos homens [da elite farroupilha] cabiam dois destinos: carreira e/ou casamento, para as mulheres restava apenas o casamento. Se alguma mulher não conseguisse se casar, provavelmente viveria com seus pais e seu papel familiar seria cuidar deles quando doentes. Ao falecimento de seus pais, ela acabaria por viver com um dos seus irmãos ou irmãs casados. Mesmo que tivesse recebido uma boa herança, a mulher solteira da elite farroupilha dificilmente viveria sozinha e por conta própria, já que era importante para as famílias as quais estas pertenciam estar vinculada a um núcleo familiar, mesmo que não fosse o seu e, que, neste núcleo não fizesse o papel de filha, esposa ou mãe, permanecendo no papel de irmã e/ou tia (Barbosa, 2009, p. 85).

Eufrázia Ferreira parece se encaixar bem no perfil descrito por Barbosa. Quando se casou com o próprio sobrinho, possuía já sessenta anos de idade, sendo vinte anos mais velha que David. Já falecidos seus ascendentes - dos quais talvez tenha lhe cabido o cuidado em vida -, pode ter sido o caso de Eufrázia, por estar solteira e já impossibilitada de arranjar um bom matrimônio devido a sua idade, ter sido posicionada pela família enquanto esposa do sobrinho. Assim, além de garantir a criação de Maria Angélica, também evitaria a dispersão do patrimônio que possuísse, como nos

alertou Farinatti. No ano de 1839, nasce Deolinda, segunda filha de David e também ilegítima (no batizado, constam como pais naturais David Canabarro e Antônia Luiza de Lima) (Caggiani, 1992). É de se presumir que, do mesmo modo que Maria Angélica, Deolinda tenha sido criada pela esposa e tia do farroupilha. Após uma década e meia de casamento, Eufrázia faleceu no ano de 1852 (Caggiani, 1992). Este não seria o único casamento da vida de David Canabarro, no entanto, para entender o seu próximo matrimônio, é indispensável que retomemos a cronologia dos fatos, voltando nossa atenção primeiro à já citada sociedade que este formou com seu irmão.

De 1849, quando David Canabarro e João Martins iniciaram sua sociedade, até 1860, ambos realizaram a aquisição de pelo menos cinco porções consideráveis de terra em territórios gaúcho e uruguaio. Ivo Caggiani (1992) nos detalha algumas dessas transações: em 1849, os sócios adquiriram a Estância de São João do Umbu, contígua à Estância de São Gregório, comprando-a de Sebastião Gomes de Carvalho e Maria do Carmo da Fontoura; em 1851, compraram duas frações de campo nas pontas do arroio Cuñapiru⁵, no Uruguai, pelo valor de 900\$000 réis; em 1858, outra área que fazia divisa com São Gregório foi comprada, dessa vez ao leste, pelo valor de 400\$000 réis; e em 1860, foi adquirida mais uma parte de campo próxima ao Cuñapiru, que também pertencera ao mesmo dono da primeira, pelo valor de 1:200\$000 réis. A presença dos irmãos em solo uruguaio, mesmo décadas após a independência da Província Cisplatina, não é algo surpreendente: no ano de 1850, estima-se que brasileiros representavam cerca de 11% da população uruguaia, ao passo que possuíam 30% das terras do país (Zabiella, 2002 *apud* Vargas, 2021). Quanto à extensão de suas posses, os números da sociedade de David e João os colocavam entre os maiores pecuaristas da fronteira, alcançando números impressionantes de terra, rebanho e escravizados. Deve-se imaginar que todo esse patrimônio também teve sua manutenção facilitada pelo fato de se dar em uma atuação socioeconômica conjunta entre irmãos, vide que David Canabarro se ausentaria por pelo menos duas vezes durante esse período para campanhas militares no Prata (na Guerra contra Oribe e Rosas entre 1851 e 1852, e na Guerra da Tríplice Aliança entre 1864 e 1865).

No ano de 1866, João Martins faleceu no município de Santana do Livramento, pondo um fim à sociedade que possuía com o irmão a dezesseis

5 O arroio Cuñapiru nasce próximo a cidade de Rivera, no Uruguai; consequentemente, fica próximo da fronteira com Santana do Livramento, onde David Canabarro e João Martins tinham suas demais posses. Um fato curioso é que o Comandante batizou sua filha Maria Angélica próximo a esta região, no Departamento de Tacuarembó no Uruguai, o que nos leva a crer que já possuísse por ali contatos e talvez negócios.

sete anos. A análise do seu Inventário (Santana..., 1866), localizado atualmente junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos ajuda enormemente na mensuração do patrimônio que David Canabarro e João Martins constituíram ao longo desses anos, além de outras informações interessantes sobre a parentela próxima do finado que foi inserida na partilha amigável dos bens. Aqui vale lembrar que, como nos informa Farinatti (2007), no Brasil imperial os casamentos incluíam a comunhão de bens, ou seja, quando um dos cônjuges falecia, o outro conservava metade do patrimônio, chamada de sua “meação”. Da outra metade, era retirada até um terço para atender pedidos em testamento - caso o falecido tivesse um - e o restante era dividido entre seus herdeiros. Não tendo deixado descendentes legítimos, a partilha dos bens de João Martins se deu entre os seguintes nomes: Leonídia Flores Martins (viúva e inventariante, a quem cabia a meação); David Canabarro (irmão do falecido); Bibiana Vieira da Silva (irmã do falecido); Duarte José Martins (irmão do falecido); e os filhos e genros de Antônio Ferreira Canabarro (tio materno do falecido), a fim de representar este parente de João, também já finado, e dividir igualmente a parte que lhe caberia na partilha. Como se vê, o processo se deu entre a viúva e os irmãos colaterais de João Martins, com exceção do caso de Antônio Ferreira, que é digno de nota: sendo tio de João e de David, casou-se em 1842 com a irmã destes, Deolinda Ignácio Martins (Caggiani, 1992), em mais um exemplo de estratégias endogâmicas dentro da rede familiar analisada. É por esse motivo que, ao aparecerem na partilha amigável, os filhos de Antônio são referidos como sobrinhos de João Martins, por serem filhos de sua irmã. Já a ausência do nome de Deolinda, por sua vez, pode representar que essa também já era falecida em 1866, porém, não há maiores bases ao longo das fontes analisadas para tal afirmação.

Dentro do Inventário, os bens que antes faziam parte da sociedade de David Canabarro e João Martins e que couberam ao último no momento da liquidação e partilha aparecem em separado, compondo a esmagadora maioria do patrimônio do inventariado: um valor de 66:386\$000 réis, sendo 47 contos de réis em bens de raiz, 13 contos e 36 mil réis em cabeças de gado e outros animais, e 6 contos e 350 mil réis em escravizados. Se supormos que foi feita uma divisão igualitária entre os sócios ao final do empreendimento⁶, o patrimônio total de ambos em 1866 estaria estimado em mais de 130 contos de réis. A seguir, elaboramos uma tabela resumida com esses

6 O que é bem possível vide que, além da maioria dos bens de raiz aparecerem “fracionados”, a quantidade de cabeças de gado presentes no Inventário (2.112 reses) é bem abaixo das quase 10 mil que aparecem na Relação de Estâncias e pequenas fazendas de Livramento, de 1858, conforme apontado por Vargas (2021, p. 20)

itens inventariados (tais quais descritos na fonte primária) e os herdeiros a quais foram destinados, a fim de entender de que forma o patrimônio da sociedade se dispersou com o falecimento de João Martins.

Tabela 1 - Bens presentes no Inventário de João Martins e que faziam parte da sociedade com David Canabarro

Categoria	Descrição	Valor (réis)	Destino na partilha
Escravizados	Pedro Ignácio; Severino; Manoel José; Thomas “doente”; Bernardinha; Laurinha; e Luiza “parda”	3:650\$000	Leonídia Martins
	Felippe; Eleuteria; Maria Joaquina; e Manuel “ruivo”	2:700\$000	Antônio Ferreira (herdeiros)
Gado vacuum, cavalar, muar e lanígero”	2.112 mil reses de criar	10:560\$000	Divisão entre todos os herdeiros. As maiores partes ficaram com Leonídia Martins (1.050 reses) e os herdeiros de Antônio Ferreira (550 reses)
	887 ovelhas	1:174\$000	Divisão entre David Canabarro (35 ovelhas), Duarte Martins (228 ovelhas) e os herdeiros de Antônio Ferreira (624 ovelhas)
	10 cavalos mansos	140\$000	Leonídia Martins
	10 bois mansos	160\$000	Leonídia Martins
	2 burreiros	2\$000	(Custos do funeral)
	80 mulas de invernada de Cruz Alta	400\$000	Antônio Ferreira (herdeiros)

Bens de raiz	Três quartos de légua quadrada do campo da fazenda de São Gregório, sendo 16 contos a légua quadrada (fração da Estância)	12:000\$000	Leonídia Martins
	A casa de moradia, mangueiras, cercadas de plantação e poteiros, tudo de pedra	12:000\$000	Leonídia Martins
	Cinco quartos de légua quadrada de campo de São João do Umbu, avaliado por 20 contos de réis (fração da Estância)	11:000\$000	Divisão entre David Canabarro (na fração de 1:848\$000 réis) e Bibiana Martins (na fração de 4:000\$000 réis). O restante foi entregue à Fazenda Provincial para pagamento de taxa.
	A casa de moradia e suas benfeitorias no mesmo campo de Umbu	8:000\$000	Divisão entre David Canabarro (na fração de 6:000\$000 réis) e Bibiana Martins (na fração de 2:000\$000 réis)
	Um quarto de légua quadrada brasileira, mais ou menos, no campo de Cuñapiru, que foi dos herdeiros de Manoel José	4:000\$000	Duarte Martins

Fonte: SANTANA DO LIVRAMENTO (RS). Cartório do Cível e Crime. Inventário amigável [de] João Martins. Registro em: 05 nov. 1866. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nº 33, maço 1, estante 87.

Os números presentes na Tabela 1 mostram que, dos 66:386\$000 réis que eram parte (talvez metade) do patrimônio da sociedade de David Canabarro e João Martins, 8:118\$038 réis retornaram para David através da partilha, com destaque para a casa de moradia na Estância de São João de Umbu, em fração correspondente a 6 contos de réis. Do valor restante, a maior quantia foi para a meação da viúva Leonídia Flores Martins, num total de 33:200\$000 réis, incluindo parte da Estância de São Gregório correspondente a 12 contos de réis, a casa de moradia com plantações e poteiros

na mesma Estância, 6 escravizados e 1.050 reses de criar. Dos demais itens partilhados, destacam-se também os 5 escravizados, 550 reses de criar e 624 ovelhas destinados aos herdeiros de Antônio Ferreira Canabarro, o que pode indicar que seus filhos e genros deram continuidade à sua atividade pecuarista, facilitados pelas terras que já teriam herdado do estancieiro. O foco principal aqui, porém, é entender através do Inventário a dispersão dos bens da sociedade que os irmãos possuíam, para que possamos compreender melhor as estratégias familiares empregadas por David Canabarro já no fim de sua vida - as quais serão abordadas no capítulo a seguir.

4 Os passos finais: o segundo casamento, os filhos e a herança de David Canabarro

No dia 19 de janeiro de 1867, aproximadamente dois meses após ser realizada a partilha amigável dos bens de seu falecido sócio, David Canabarro se casou com Leonídia Flores Martins, viúva de seu irmão João Martins. O casamento, segundo Caggiani (1992), se realizou tão logo o direito canônico permitisse, e teve como exclusiva função manter inalterado ao máximo possível o patrimônio construído pelo farroupilha e seu irmão ao longo das quase duas décadas de sociedade. Repetindo o padrão endogâmico do seu primeiro matrimônio, novamente David mobilizou sua rede familiar de maneira estratégica, visando garantir a conservação e transmissão das suas posses. De imediato, vemos que, ao casar-se com a viúva de seu irmão, Canabarro “recuperou” mais de 30 contos de réis em bens de sua antiga sociedade; somando o que recebera na partilha com os “ganhos” do casamento, este conseguiu ficar com pouco mais de 62% do valor que fora partilhado no Inventário de João. O ganho mais significativo, tanto em valor quanto em importância, certamente foi a Estância de São Gregório, mantendo íntegra a maior porção de terra que os irmãos possuíam. Canabarro, no entanto, não mediu esforços para mobilizar ainda mais recursos: Ivo Caggiani (1992) nos informa que, para além do casamento, o Comandante adquiriu de seus irmãos e sobrinhos o que coube a cada um na partilha, vindo a ficar com a propriedade de todo o patrimônio da sociedade de qual participara. Tal estratégia também é citada por Farinatti em seu trabalho, referenciando o caso dos engenhos do oeste paulista que, por serem indivisíveis, diversas vezes caíam nas mãos de um “herdeiro-concentrador”. Ou seja, o engenho era “dividido igualmente” na partilha e um ou mais herdeiros realizavam a compra das partes pertencentes aos demais, concentrando em si grande porção da herança de seus ascendentes ao fim dessas operações. Essas mesmas práticas não eram tão comuns no sul do país, já que não havia nas estâncias o mesmo problema de indivisibilidade que acometia os senhores

de engenho, e muitos campos acabavam por ser partilhados e administrados separadamente por diferentes herdeiros. Por mais que houvesse casos de transações envolvendo partes da herança, o empreendimento de alguém que quisesse concentrá-la por completo era normalmente muito custoso (Farinatti, 2007). Até mesmo David Canabarro, já referenciado aqui enquanto um dos maiores pecuaristas da fronteira oeste da Província, teve grandes dificuldades em fazê-lo: informações de seu Inventário mostram que o farroupilha morreu com um enorme valor em dívidas a serem quitadas, das quais várias surgiram da compra das demais partes da herança de seu irmão João Martins (Caggiani, 1992).

Essa preocupação do farroupilha em expandir e conservar seu patrimônio mesmo já em idade avançada (em 1866, encontrava-se com 70 anos), ganha ainda mais sentido se nos atentarmos à certos trâmites familiares realizados pelo Comandante alguns anos antes. No mês de maio de 1863, Canabarro havia se dirigido ao Cartório de Santana do Livramento para realizar seu Testamento. Nele, além de suas duas filhas naturais já citadas aqui (Maria Angélica e Deolinda), aparece registrado também o seu terceiro filho: Manoel Martins. Não há informação exata sobre o ano de seu nascimento, no entanto, tal como os demais, foi fruto de uma relação fora do casamento, e em seu batismo consta ser filho de Ana Maria Nunes (Caggiani, 1992). Quanto ao conteúdo do Testamento, eis o que foi declarado:

Declarou que foi casado com Dona Eufrázia Ferreira Canabarro, que faleceu na Vila do Triunfo, não tendo havido filho algum desse matrimônio. Declarou mais que não tendo ascendentes nem descendentes legítimos, instituiu seus universais e únicos herdeiros o Capitão Manoel Canabarro, a Maria Angélica Fernandes casada com o Capitão Manoel Fernandes da Silva, e a Deolinda casada com o Alferes João da Câmara Canto do município de Uruguaiana (Santana..., 1867).

Mais tarde, no mês de julho do mesmo ano, David Canabarro retornou ao Cartório para registrar documento de reconhecimento da paternidade dos seus herdeiros, legitimando seus três filhos através deste. Segue trecho da declaração:

Alegando que não tendo ascendentes ou descendentes legítimos que seus bens pudessem herdar, de sua muito livre e espontânea vontade, sem constrangimento algum perflhava e adotava a seus filhos naturais [...] já instituídos seus herdeiros em testamento feito na Nota do Tabelião desta

Vila, José das Chagas Guimarães, e porque queria legalizar de um modo legítimo e positivo, para que os perfilhados sem embaraço algum o sucedam ainda mesmo ab-intestato (Santana..., 1863).

Através deste documento, entende-se que um dos principais motivos do farroupilha para legitimação dos herdeiros era evitar que houvessem maiores complicações, quando do seu falecimento, para que seus filhos assumissem suas posses e seus negócios. Um fato interessante é ver que, mesmo não sendo filhos legítimos de Canabarro até 1863, os três pareciam já estar inseridos dentro de estratégias familiares de sua rede familiar, vide que ambas as filhas se casaram com militares e o filho Manoel já havia se graduado Capitão. O primeiro fato conversa com a análise realizada por Piccin (2020) nas grandes famílias proprietárias do município de São Gabriel ao longo do século XX, onde este constatou que, enquanto os filhos de grandes estancieiros costumavam realizar a manutenção e ampliação dos ativos fundiários da família (buscando casamentos com filhas de outros estancieiros, por exemplo), às filhas cabia aumentar a rede de relações da família, o que normalmente se dava através de casamento com militares ou com bacharéis. O nome de seu genro, Capitão Manoel Fernandes da Silva (casado com Maria Angélica), inclusive, aparece no estudo de Paniagua (2012) sobre as eleições de Alegrete na década de 1860, mostrando que este fazia parte da rede política formada por seu sogro David Canabarro. Nas eleições para a mesa eleitoral da cidade de Alegrete em 1863, Manoel Fernandes é eleito como 2º secretário, enquanto o próprio Comandante é eleito o presidente da mesa. Já na eleição de 1866, Manoel é eleito 1º secretário da mesma mesa eleitoral. Através desse exemplo, vemos que os laços políticos e os de parentesco acabaram se misturando, de forma que o farroupilha vinha a reforçar seu poder e influência na fronteira oeste da Província, ao mesmo tempo em que garantia a presença de seus parentes em posições de poder e de posse.

No dia 12 de abril de 1867, aos 71 anos de idade, David Canabarro faleceu em sua casa na Estância de São Gregório. O fato ocorreu apenas 83 dias após o seu casamento com Leonídia Flores Martins, o que mostra que essa “última cartada” foi feita a tempo para assegurar as posses de sua liquidada sociedade e a transmissão a seus herdeiros, com David talvez já sabendo que, principalmente devido a sua idade avançada, sua vida poderia estar próxima do fim. Quatro anos após o seu falecimento, deu-se a partilha amigável dos bens através da realização do Inventário do falecido. Caggiani (1992), embora não nos traga informações sobre a partilha em si, traz a descrição de toda a extensa lista de bens inventariados do Comandante, o que revela o afortunado patrimônio que deixara, avaliado em um total de

260:599\$678 réis. Tamanhas posses, porém, tamanhas também eram as dívidas que o farroupilha deixara em vida, totalizando 116:825\$750 réis que foram pagos pelos herdeiros através da venda de parte da herança – incluindo alguns bens de grande expressão como a Estância de São João do Umbu (41:709\$225 réis) e a Chácara da Vila de Santana do Livramento (11:700\$000 réis). Ao fim, o valor correspondente à meação da viúva Leonídia foi de 71:886\$963 réis, enquanto as filhas Maria Angélica Canabarro Fernandes e Deolinda Canabarro da Câmara ficaram com 35:943\$481 réis cada uma na partilha. O terceiro filho de David, Manoel Canabarro, havia falecido em 1866 no Combate do “Passo da Pátria”, não tendo deixado descendentes.

Por mais que o “rumo” que todo esse patrimônio veio a tomar nas mãos dos herdeiros não seja abordado no presente artigo, é possível afirmar que, com os bens materiais e imateriais deixados a seus descendentes, David Canabarro possibilitava a continuidade do elevado status social de sua família naquela região de fronteira, mantendo vivas as redes familiares, de poder e de influência que construía ao longo de sua vida. Para encerrar esse capítulo deixamos, a seguir, uma tabela resumida com os principais bens presentes no Inventário do finado, a fim de melhor visualizarmos a extensão das terras e rebanhos que deixou; além disso, foi elaborada também uma lista dos escravizados que constam no mesmo Inventário. Como nos afirma Vargas (2021), as famílias de elite agrária possuíam grandes pastagens para o gado e, consequentemente, utilizavam de vários escravizados campeiros para tratar os rebanhos; para os padrões da época, além de grande dono de terras, David Canabarro morreu também como um dos grandes escravistas daquela fronteira.

Tabela 2 - Principais bens presentes no Inventário de David Canabarro⁷

Categoria	Descrição	Valor (réis)
Bens de raiz ⁸	Estância de São Gregório, com mais dois quinhões comprados a herdeiros de Salvador José de Vargas contíguos à sesmaria (totalizando 3 léguas quadradas e 3 quartos de léguas quadradas mais 852.827 braças quadradas de campo)	60:918\$000
	Estância de São João do Umbu	41:709\$225
	Chácara na Vila de Santana do Livramento	11:700\$000
	A casa de morada e estabelecimento da Estância de São Gregório, com mangueiras, cercado de plantação e potreiro, tudo de pedra	11:000\$000
	A casa de moradia do Recreio com mangueira e cercados de pedra	6:000\$000
	Parte de campo na sesmaria de Manoel José do Nascimento, em Cuñapiru, no Estado Oriental	4:600\$000
	Um galpão junto ao Teatro Sete de Setembro	4:000\$000
	A casa para negócio com pequena mangueira e quintal cercado tudo de pedra na Coxilha da Encerra	3:200\$000
Gado vacum, cavalar, muar e lanígero ⁹	1.397 novilhos	27:104\$400
	4.875 reses de criar	24:700\$000
	359 mulas	3:267\$000
	319 potros	3:040\$500
	1.122 éguas	2:997\$000
	178 cavalos mansos	2:920\$000
	2.000 ovelhas	1:600\$000

Fonte: CAGGIANI, Ivo. David Canabarro: de Tenente a General. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1992

⁷ Na Tabela 2, só foram incluídos os bens de raiz e rebanhos com valor acima de 1 conto de réis. Os móveis não foram incluídos.

⁸ Dentre os bens de raiz presentes na Tabela 2, foram vendidos pelos herdeiros para quitar as dívidas do inventariado as seguintes posses: Estância de São João do Umbu, Chácara da Vila de Santana do Livramento e parte do campo em Cuñapiru (dois quinhões, equivalente a 4 contos de réis)

⁹ Dentre os rebanhos presentes na Tabela 2, foram vendidos pelos herdeiros para quitar as dívidas do inventariado os seguintes animais: 925 reses de criar, 78 cavalos mansos, todos os novilhos, todas as éguas e todos os potros.

Tabela 3 – Lista de escravizados que constam no Inventário de David Canabarro

Nome/Descrição	Valor (réis)
Boaventura, decrépito, 64 anos	100\$000
José Carpinteiro, ébrio por hábito, 62 anos	60\$000
Luís Ignácio dos Santos, 66 anos	150\$000
Paulo Ignácio, doente, 63 anos	100\$000
José Inhamandá, decrépito, 67 anos	150\$000
Pedro Ignácio, reumático, 60 anos	300\$000
Carlos, pedreiro, 49 anos	1:000\$000
Galvão de Vargas, 50 anos	1:000\$000
João Crioulo, adoentado, 38 anos	700\$000
Paulo, domador, doente do peito, 38 anos	700\$000
Manoel José, crioulo, 13 anos	600\$000
José Ramiro, doente	400\$000
Laurentino, filho da liberta Flora, 4 anos	200\$000
Fidêncio, filho da escrava Maria, 14 anos	600\$000
José, filho da escrava Maria, 11 anos	400\$000
Joaquim, 3 anos e meio	200\$000
Thomaz, doente do peito, 13 anos	500\$000
Candida, filha da liberta Flora, 11 anos	500\$000
Luiza, filha da liberta Flora, 9 anos	400\$000
Manoela, filha da liberta Flora, 8 anos	400\$000
Maria, crioula, 30 anos	800\$000
Joana, filha da dita Maria, 9 anos	300\$000
Felisberta, filha da dita Maria, 8 anos	300\$000
Florinda, filha da dita Maria, 5 anos	200\$000
Querobina, filha da dita Maria, 3 anos	150\$000
Bernardina, 51 anos	500\$000
Laurinda, filha da Bernardina, 8 anos	400\$000

Maria Felícia, parda, 19 anos	800\$000
Maria Colaça, 16 anos	800\$000
Luiza, parda, 12 anos	500\$000
Zeferino	700\$000
Augusto	700\$000
Scipião Francisco e Francisco Torto ¹⁰	1:900\$000

Fonte: CAGGIANI, Ivo. David Canabarro: de Tenente a General. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1992

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala sobre David Canabarro, pouco ou nenhum espaço tem sido reservado para a análise de sua rede familiar e da importância das estratégias internas que possibilitaram a construção de um patrimônio tão notável ao longo de sua vida. Na biografia de 1992 escrita por Ivo Caggiani, utilizada diversas vezes ao longo deste artigo para relatar os acontecimentos da vida do Comandante, são poucos os capítulos que se dedicam a algo que não suas atuações militares. As partes que falam sobre a sua atividade estancieira e sobre o seu Inventário, por exemplo, por mais detalhadas que sejam, não parecem tentar incorporar essas informações à figura do farroupilha que se constrói ao longo do livro, deixando de se aprofundar em um tema que, como vimos aqui, foi de grande importância para a vida de Canabarro. Ao falar sobre a prosperidade da sociedade de David com seu tio Antônio Ferreira, por exemplo, Caggiani se limita a dizer que foi “mercê de muito esforço e de muito trabalho” (Caggiani, 1992, p. 34). Textos mais antigos, como o caso da também citada biografia escrita por Herbert Reichardt em 1932, são ainda mais explícitos em instrumentalizar estes empreendimentos estancieiros de Canabarro a favor de sua “natureza gaúcha”, realizando inúmeros elogios ao farroupilha nesse percurso.

Evidentemente, por ser uma abordagem recente na historiografia sul-rio-grandense e ainda pouco explorada dentro do tema da Guerra dos Farrapos, uma análise propriamente dita das redes e estratégias familiares de um líder farroupilha muito dificilmente seria encontrada em biografias clássicas. A tentativa realizada ao longo desse artigo foi justamente de utilizar esses trabalhos, aliados a fontes primárias e estudos mais recentes, para

¹⁰ Caggiani não explica por que agrupa as informações desses dois escravizados. Eles também aparecem dessa forma quando é dito que foram vendidos pelos herdeiros para quitar as dívidas do inventariante.

trazer um novo olhar para os acontecimentos da vida de David Canabarro, contribuindo com essa nova abordagem sobre os membros da elite farroupilha. Vimos que, no caso da figura analisada, as redes familiares foram mobilizadas por diversas vezes ao longo de toda sua vida, tendo importância crucial para a manutenção de sua posição de poder na região da fronteira onde vivia. Afinal, nesse cenário onde David Canabarro viveu, assim como em muitos outros, poder e posse andavam juntos, como nos afirma Vargas:

Mas a estância representava mais do que isso [posses]. Ser estancieiro no Rio Grande do Sul, possuir campos que fugiam de vista, muitos escravos a cavalo e animais em milhares, era sinal de prestígio social, visto a inserção dos grandes proprietários em outros espaços de poder e notabilidade. Além disso, os grandes estancieiros geralmente eram grandes senhores de escravos (para os padrões da região) e, por conta do seu poder nas localidades, eles simplesmente influíam de forma determinante no processo eleitoral de seus distritos rurais. No Rio Grande do Sul, o poder político local, a grande propriedade e a autoridade militar tendiam a andar juntas (Vargas, 2014, p. 278).

Nesse sentido, a utilização de diferentes estratégias familiares foi essencial para que Canabarro aumentasse e mantivesse seu prestígio social e de sua família. Dentre as mobilizações realizadas, conseguimos destacar a criação de gado e compra de terras em atuação socioeconômica conjunta, primeiro com seu tio-cunhado, posteriormente com seu irmão; os dois casamentos com parentes próximos visando a criação dos seus descendentes e a preservação do seu patrimônio; o aparente cuidado com a escolha dos cônjuges de suas filhas; entre outros pontos. O presente artigo, porém, encontra-se muito longe de esgotar o assunto: várias questões podem ser aprofundadas em trabalhos futuros, como, por exemplo, as estratégias que os descendentes do Comandante utilizaram - ou não - após o seu falecimento, a fim de mostrar os rumos dessa rede familiar no final do século XIX e como ela foi influenciada pela herança transmitida aos sucessores do líder farroupilha. Do mesmo modo que David Canabarro, certamente outros grandes nomes dessa elite mobilizaram diferentes recursos para manter seus patrimônios e seu status social. Estudos nessa linha, portanto, ao destrincharem as trajetórias da elite envolvida na Guerra dos Farrapos através de um olhar para as suas famílias, possuem sérias condições de enriquecer nosso entendimento sobre esse episódio tão marcante da história do Rio Grande do Sul e do Brasil – ao mesmo tempo em que, logo, logo, a mais longa revolta que esse país já viu se aproxima do seu bicentenário.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A casa e suas virtudes**: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1868>>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. 61, n. 2, p. 107-135, abr./jun. 1999. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3541231>>. Acesso em: 04 out. 2023.
- CAGGIANI, Ivo. **David Canabarro**: de Tenente a General. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1992.
- FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Confinos meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/LuisAugustoEblingFarinatti.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2024.
- PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. A outra face do jogo do poder local: a correspondência do Comandante Superior da Guarda Nacional, David Canabarro. In: **A construção da ordem fronteiriça**: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867). 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012, p. 336-357. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3296>>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- PICCIN, Marcos Botton. Famílias da elite rural estancieira do Rio Grande do Sul: meios de interação social e cultural e estratégias matrimoniais e sucessorais de reprodução social. **Repocs**, v. 17, n. 33, p. 93-124, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.18764/2236-9473.v17n33p93-124>>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- REICHARDT, Herbert Canabarro. **David Canabarro** (estudo biográfico). Edição do Centenário Farroupilha nº 4. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1934.
- SANTANA DO LIVRAMENTO (RS). Cartório do Cível e Crime. **Reconhecimento de filiação [de] Brigadeiro David Canabarro**. Registro em: 13 jul. 1863. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nº 957, maço 30, estante 87.
- SANTANA DO LIVRAMENTO (RS). Cartório do Cível e Crime. **Inventário amigável [de] João Martins**. Registro em: 05 nov. 1866. Disponível em: Ar-

- quivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nº 33, maço 1, estante 87.
- SANTANA DO LIVRAMENTO (RS) Cartório do Cível e Crime. **Testamento com que faleceu o Brigadeiro David Canabarro**. Registro em: 19 jul. 1867. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nº 135, maço 5, estante 147.
- VARGAS, Jonas Moreira. Na trilha das tropas: os charqueadores de pelotas e suas estratégias para atuar nos mercados do gado vacum (Rio Grande do Sul, c. 1850 - c. 1890). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 2, p. 262-286, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.22228/rtf.v7i2.339>>. Acesso em: 06 fev. 2024.
- VARGAS, Jonas Moreira. **Os Barões do charque e suas fortunas**: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul – século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.
- VARGAS, Jonas Moreira. “Nos caminhos de São Gregório”: as hierarquias sociais na fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro. **Almanack**, Guarulhos, n. 27, ed. 721, p. 1-50, 2021. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/2236-463327ed00721>>. Acesso em: 08 jan. 2024.
- VILLELA, Urbano Lago. **Canabarro no tribunal da história**. [s.l.]: [s.n.], 2005.

Recebido em: 29/04/2024

Aceito em: 25/07/2025